



O eu e o outro no campo discursivo da surdez*

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro**
Gláucia Muniz Proença Lara***

Resumo: Alicerçados pela academia e por movimentos sociais, os discursos sobre a surdez vêm se movimentando e se alterando ao longo do tempo. Neste estudo, voltamos nosso olhar para os discursos sobre a surdez produzidos pelos próprios surdos. Para tanto, partimos da tríade universo, campo e espaço discursivo (Maingueneau, 2005) para focalizar, no campo discursivo da surdez, o embate de duas formações discursivas (FD) que se opõem: uma de base clínico-terapêutica, donde se origina um discurso de fundamentação ouvintista (DFO); outra de base linguístico-antropológica, que possibilita o surgimento de um discurso de fundamentação surda (DFS). De maneira bastante resumida, podemos dizer que, enquanto a primeira FD concebe a surdez a partir do estigma da deficiência, a segunda a caracteriza a partir do valor da diferença. Vemos, no campo em questão, que posicionamentos e identidades enunciativas definem-se, sobretudo, a partir da negação do outro, ou, pelo menos, daquele que se estabelece como “o outro”. A partir da análise de textos sobre a surdez escritos por surdos universitários, podemos constatar, no *corpus* da pesquisa, prevalência do discurso de fundamentação surda (81 %). Constatamos que é, sobretudo, a partir da negação do simulacro do DFO que o DFS se constitui e que a interação entre as FDs no espaço discursivo em questão permite que elas se delimitem e se definam reciprocamente.

Palavras-chave: surdez, campo discursivo, espaço discursivo, identidade, outro

1. Considerações iniciais: contextualizando a surdez

As pessoas que ouvem jamais mudaram por nós. Sempre nos estigmatizaram e rebaixaram a uma deficiência da vida, a uma inferioridade marginal numa sociedade que designam dominada por eles. Então temos duas escolhas apenas. Podemos escolher nos submeter ou podemos escolher não nos submeter. Os surdos submissos seguem a trilha da cura de sua deficiência, da “reabilitação”, da assunção da identidade do “colonizador”, da mutilação de seus corpos em prol da adaptação ao ideal daquele que coloniza, o ouvinte. Os surdos não submissos reagem. Se autoafirmam como o que são e sempre foram, enaltecem o orgulho e a autoestima por serem o que são e resistem bravamente até o fim, firmes em seus objetivos de serem aceitos e reconhecidos pelo que são.

A epígrafe acima, retirada do depoimento de um surdo militante (Rezende, 2007, p. 207), pode ser

considerada como uma amostragem do que veremos neste trabalho: distintos posicionamentos discursivos sobre a surdez. No texto acima, a oposição se estabelece entre surdos ouvintizados¹ (tidos como submissos) e surdos não-ouvintizados (não-submissos e, portanto, reativos). Poder-se-ia dizer que a oposição do texto acima estabelece uma relação orgânica entre discursos ditos tradicionais e modernos sobre a surdez. Expliquemos do princípio.

Os discursos sobre a surdez vêm se movimentando e alterando ao longo do tempo. A história dos surdos é vista por muitos como uma história de dominação (Skliar, 1998; Perlin, 2003; Strobel, 2008). Sob o pretexto da deficiência, surdos já foram vistos como deficientes, como incapacitados legalmente e como usuários de uma linguagem perversa que os distanciaria da aprendizagem da língua majoritária. Eles foram proibidos de utilizar a língua de sinais (LS) e “incentivados” a treinar duramente a fala, na tentativa de serem “nor-

* Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, em novembro de 2008, que contou com uma bolsa da Capes.

** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço para correspondência: { mclaramacie1@hotmail.com }.

*** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço para correspondência: { gmplara@gmail.com }.

¹ “Ouvintismo” costuma ser entendido como um conjunto de representações estereotipadas dos ouvintes sobre os surdos “a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (Skliar, 1998, p. 15).

malizados”. Analisando a história dos surdos, Skliar (1998) e Strobel (2008), entre outros autores, veem a relação entre surdos e não surdos como resultante de um processo etnocêntrico, correlato ao da colonização, em que seres “superiores”, detentores da palavra, “oferecem” sua língua, cultura e modelo de vida àqueles que não os detêm e que, por isso mesmo, são considerados inferiores. Esse tipo de relação fez encobrir, por muito tempo, aspectos linguísticos e culturais próprios aos surdos por serem considerados “desvios”. Encobriu, sobretudo, a possibilidade de desenvolvimento do povo surdo, que tinha o seu espaço de atuação determinado e delimitado pelo olhar restritivo que a eles era imputado.

Na contemporaneidade, entre muitas divergências, alguns consensos puderam ser firmados. O mais importante deles determina que, no ser surdo, inexistente qualquer tipo de *deficiência cognitiva ou linguística*. Segundo Rocha *et al.* (s. d.)², a literatura tem mostrado, até o momento, que os circuitos neurais para as línguas de sinais funcionam de maneira semelhante ao processamento cerebral das línguas orais: o processamento das línguas de sinais também ocorre do lado esquerdo do cérebro e nas mesmas regiões.

Avanços científicos determinaram, também, a partir de pesquisas realizadas pelo grupo do linguista norte-americano William Stokoe³, que as LS são línguas naturais e genuínas, multiarticuladas e multiniveladas, detentoras dos mesmos princípios gerais de estruturação encontrados nas línguas orais⁴. Dando prosseguimento à metáfora da colonização, é possível dizer que foi sobretudo a partir de conquistas pontuais — e de cunho científico — que o “processo de independência” dos surdos pôde ser iniciado.

Nas últimas décadas do século XX, presenciamos o surgimento de movimentos sociais, liderados e constituídos por surdos, em prol do reconhecimento de sua língua, da sua cultura específica, de seus direitos e valores. Assim, enquanto muitos surdos se esforçavam para serem “normais”, fazendo uso de próteses auditivas e de terapias fonoaudiológicas e convivendo apenas com ouvintes, outros se descobriam mantenedores de sua língua (de sinais), de sua cultura (surda) e do elo social que os unia aos seus semelhantes, pois, ao sentirem orgulho da surdez, questionavam a norma e rejeitavam o rótulo de “deficiência”.

Toda essa dicotomia entre línguas e culturas faz emergir discursos diversos que nos mostram que “o significado de ser surdo tem mudado ao longo do tempo”, como afirma Perlin (2003) Pode-se dizer que nas últimas décadas assistimos à reinvenção da surdez e que o significado de *ser surdo* tem sido alterado por ela: a concepção de surdez tem sido deslocada do campo clínico para o campo linguístico e cultural, tanto nas práticas sociais, quanto no universo acadêmico.

Se, para alguns (surdos ou profissionais), a surdez é tecida pela rede da identidade linguística e cultural, tendo como implicação a instituição de um modelo de *vida visual* e a elevação da LS a um lugar privilegiado nas relações linguísticas, educacionais e sociais que envolvam os surdos; para outros, ela passa pelo crivo do direito à igualdade (sobretudo fisiológico-auditiva) e da reabilitação para a inclusão. Por esse prisma, os surdos precisam desenvolver suas potencialidades oral-auditivas como forma de garantir sucesso socioeducacional. Em termos discursivos, trata-se, portanto, de formações discursivas (FDs)⁵ que se opõem e que emanam, muitas vezes, da própria imagem de surdez discursivamente construída na própria surdez, ou seja, os surdos elegem para si determinadas concepções de surdez: enquanto alguns a rejeitam, outros fazem dela a sua força. Na tentativa de promover uma sistematização de tais discursos, propomos dividi-los em dois grandes blocos, ou duas FDs.

A primeira FD pode ser tomada como originária do domínio *clínico-terapêutico*. Nela, apresentam-se conjecturas e propostas baseadas em posturas e terapias capazes de fazer com que o surdo “supere”, contorne a surdez como forma de alavancar o seu desenvolvimento linguístico e social. Assume-se, assim, um discurso que pode ser considerado de *fundamentação ouvintista*⁶. Neste estudo, denominaremos, portanto, *FD clínica ou de fundamentação ouvintista* aquela que concebe a surdez como uma patologia que precisa ser tratada.

A segunda FD, considerada como oriunda do domínio *linguístico-antropológico*, postula que os surdos podem viver e se desenvolver na e pela surdez. Tal FD se ancora em princípios linguísticos, culturais e identitários que especificam os povos surdos, ostentando um discurso que pode ser considerado de *fundamentação surda*. Denominaremos, pois, *FD linguístico-*

² Fábio Theodo Rocha *et al.*, *Libras: um estudo encefalográfico de sua funcionalidade cerebral*. [on-line], s/d. Disponível em: (www.enscer.com.br/pesquisas/artigos/libras/libras.html). Acesso em: 12 dez. 2007.

³ William Clarence Stokoe, *Sign language structure*. Silver Spring: Linstok, 1960.

⁴ Ronice Müller de Quadros & Lodenir Becher Karnopp, *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

⁵ A noção de “formação discursiva” foi primeiramente apresentada por Foucault e, posteriormente, reelaborada por Pêcheux no quadro da chamada “Escola francesa de análise do discurso”. Comumente, define-se uma FD como o que pode e o que deve ser dito em uma dada conjuntura, determinando, ao mesmo tempo, certa regularidade e certa dispersão de sentidos.

⁶ “Ouvintista” porque, como vimos anteriormente, tal condição remete a um conjunto de representações estereotipadas dos ouvintes sobre os surdos (Skliar, 1998, p. 15), resgatando as imagens e os discursos do senso comum sobre a surdez. “Clínica” porque aqui a surdez é compreendida como uma patologia que precisa ser tratada.

⁷ “Antropológica” deve-se ao fato de que aqui os surdos são vistos a partir da sua condição humana (de povo específico) e não a partir da sua condição acústico-fisiológica. “Fundamentação” surda, por sua vez, deve-se ao fato de esse discurso parecer buscar o reconhecimento

*antropológica*⁷ ou de *fundamentação surda* aquela que compreende a surdez a partir de seu reconhecimento linguístico e cultural.

Reconstituindo a rede interdiscursiva e as determinações sócio-históricas e ideológicas que atravessam essas FDs poderemos levantar hipóteses sobre a filiação de dado discurso a essa ou aquela base, ainda que seus locutores não o admitam explicitamente, uma vez que, na perspectiva teórica que assumimos para este trabalho — a da chamada análise do discurso de tendência francesa —, os não-ditos também significam.

É buscando compreender melhor os movimentos discursivos sobre a surdez que nos propomos, no presente estudo, a delinear a(s) imagem(ns) da surdez produzida(s) por sujeitos surdos. Para tanto, do ponto de vista teórico-metodológico, as análises partirão da tríade *universo, campo e espaço discursivo*, apresentada por Maingueneau (2005), o que nos permitirá projetar o *campo discursivo da surdez* e nele recortar *espaço(s)*, focalizando o diálogo que se estabelece entre diferentes formações discursivas (FDs).

2. Procedimentos teórico-metodológicos

Para a realização da pesquisa, 21 questionários⁸, respondidos por surdos universitários, foram analisados. No recorte aqui apresentado, utilizaremos apenas uma das questões do questionário, qual seja:

3 - Escreva livremente sobre a questão a seguir:
Para você, qual é o significado de ser surdo? O que você tem a dizer a respeito da surdez na sua vida? Escreva sobre a experiência de vida surda.

A análise dos dados será feita a partir dos estudos desenvolvidos por Dominique Maingueneau (1998, 2005, 2006, 2000), contando ainda com a contribuição de autores como Pêcheux⁹, Foucault¹⁰ e Ricoeur¹¹.

Refletindo sobre a gênese e o funcionamento dos discursos, Maingueneau (2005, p. 79) sustenta que o discurso, na multiplicidade de suas dimensões, é regido por uma *semântica global*. Assim, um procedimento analítico que se funda nesse conceito não privilegia um plano em detrimento de outro, mas os enlaça em um mesmo movimento. Isso implica que

os sentidos não se encontram em uma parte específica do texto, mas emanam do conjunto (temas, *ethos*, vocabulário, dêixis enunciativa etc.) e são organizados de acordo com um mesmo conjunto de regras: a *semântica global*.

No presente estudo, esse princípio será fundamental para a compreensão e análise dos dados. Em outras palavras, a partir do conceito de *semântica global*, opomo-nos à ideia de se definir um plano discursivo como sendo o lugar em que a “essência” do discurso se condensaria de maneira privilegiada. Ao contrário, na esteira de Maingueneau, julgamos não ser apropriado distinguir o “fundamental” do “superficial”, o “essencial” do “acessório” no sistema discursivo. Além de levar a um impasse de difícil resolução analítica, essa posição poderia ainda conduzir a falsas impressões sobre determinado discurso justamente por compreendê-lo a partir de planos e não do conjunto.

Esse sistema de restrições semânticas e o princípio de uma *semântica global* dão corporeidade à noção complementar de *competência discursiva*: os sujeitos, inseridos em uma dada formação discursiva, colocam em cena uma *capacidade* de interpretar e de produzir enunciados inéditos, integrantes dessa FD, assim como de reconhecer enunciados que não pertencem a ela. Maingueneau (2005, p. 53) sugere que talvez essa noção possa resolver, de alguma maneira, a problemática do assujeitamento¹², noção clássica da AD francesa. A partir do conceito de *competência discursiva*, os sujeitos não seriam mais vistos como “ceras moles” que se deixariam dominar por um discurso todo-poderoso (como poderia sugerir a noção de assujeitamento), mas como sujeitos capazes de interiorizar a complexidade e o funcionamento de dado discurso, sendo esse imposto pelo laço que parece existir “entre a natureza desse discurso e o fato de pertencer a tal grupo ou classe”. A competência discursiva, então, permite que os sujeitos compreendam, internalizem e produzam enunciados compatíveis com o funcionamento dos discursos correntes em seu meio, assimilando inclusive as incompatibilidades semânticas do espaço discursivo do seu outro.

Ao trazer essa discussão para o presente estudo e levar em conta a relação polêmica que se estabelece entre as FDs mencionadas no item 1 — FD *clínica/de fundamentação owintista* e FD *linguístico-antropológico/de fundamentação surda* —, podemos supor que, compreendendo a *semântica global* do seu próprio discurso

da surdez a partir dela mesma, isto é, é desejo de seus locutores ressignificar esse conceito na sociedade. Para tanto, partem de si e se fundamentam mais em questões relativas ao funcionamento interno do grupo do que em questões externas a ele.

⁸ Trata-se de um questionário semiestruturado, contendo três questões, duas fechadas (de múltipla escolha) e uma discursiva. Os dados foram coletados por Tradutores-Intérpretes de Língua de Sinais em duas instituições de ensino superior da região sul do país.

⁹ Michael Pêcheux, *Análise Automática do Discurso*, em Françoise Gadet & Tony Kak (Org.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1998. p. 61-151.

¹⁰ Michel Foucault, *Ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga e Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

¹¹ Paul Ricoeur, *Interpretação e Ideologias*. Organização de Hilton Japiassú. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

¹² Noção corrente na AD francesa. Nas palavras de Araldi (2005), “o processo pelo qual o indivíduo reconhece e aceita o pré-construído como sendo seu sentido, chama-se *assujeitamento*, o qual é condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito”.

e lançando mão de uma *competência interdiscursiva*, os sujeitos são capazes de reconhecer a incompatibilidade semântica do seu discurso com o discurso do seu “outro”, ao mesmo tempo em que interpretam, traduzem os enunciados desse “outro” nas categorias de seu próprio sistema de restrições. Em outras palavras: inspirados em Maingueneau, somos inclinados a pensar que os atores desse subconjunto de FDs certamente não conclamarão o outro (discurso) senão para estabelecer com ele uma relação negativa, uma negação polêmica.

Refletindo ainda sobre o *corpus*, surge a questão: como poderíamos operacionalizar e organizar as manifestações discursivas que serão estudadas neste trabalho? Uma das maneiras de responder a essa questão aponta para a tríade *universo, campo e espaço discursivo*, apresentada por Maingueneau (2005).

Segundo o autor, no âmbito do *universo discursivo*, isto é, em meio a um conjunto de discursos de todos os tipos que interagem em uma conjuntura dada, é possível construir, via recorte, domínios suscetíveis de ser estudados pelo analista: os *campos discursivos*, em que posicionamentos diversos encontram-se em concorrência, se delimitam, portanto, em determinada região do universo discursivo. *Concorrência* deve ser entendida aqui, alerta Maingueneau (2005, p. 36), em seu sentido amplo, incluindo tanto o confronto aberto quanto a aliança ou a neutralidade aparente entre discursos que, possuindo a mesma função social, divergem apenas sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Pode tratar-se do campo devoto Maingueneau (2005), do campo da língua Lara (2008) ou do campo da surdez, entre outros. O recorte em campos não define zonas insulares, mas estabelece uma abstração necessária que deve permitir abrir múltiplas redes de troca.

Nessa perspectiva, torna-se necessário ao analista isolar, em um dado campo discursivo, subconjuntos de FDs: os *espaços discursivos*, constituídos por pelo menos duas FDs ou dois posicionamentos discursivos distintos que mantêm relações privilegiadas, relações essas que o analista julga pertinentes para o seu propósito.

Pensando nas categorias acima, podemos projetar, para o presente estudo, o *campo discursivo da surdez*, no qual várias FDs se encontram em concorrência e delimitam-se reciprocamente. Nesse campo discursivo, julgamos oportuno recortar um espaço discursivo constituído por dois subconjuntos de FDs que se opõem: uma FD clínica (de fundamentação ouvintista) e uma FD linguístico-antropológica (de fundamentação surda), compreendendo a primeira como resultante do discurso da “deficiência”, da “falta”, do “desvio”, enquanto na segunda percebemos o discurso da “diferença”, da “identidade”, da “língua e da cultura específicas”. Veremos, então, as manifestações discursivas

que dialogam no campo da surdez ser reordenadas a partir do *espaço discursivo* da surdez como deficiência ou como diferença.

Vale lembrar que a delimitação do universo em campos e em seus respectivos espaços não é de forma alguma fixa ou evidente, mas obedece a objetivos específicos, tornando-se maleável à interpretação de cada analista. O espaço discursivo construído para esta pesquisa, por exemplo, não era previamente dado, mas resultou de escolhas e hipóteses guiadas, sobretudo, por observações e análises prévias. Cabe ressaltar que, se, por um lado, tal espaço não era previamente dado, tampouco foi estabelecido, de forma aleatória, pelo analista. Este último não estabelece, não “inventa” o espaço, mas o coloca em evidência ao tentar compreender o seu funcionamento discursivo, segundo determinados critérios.

Para Maingueneau (2005), quando se recorta em dado campo um espaço discursivo, é preciso ainda pensar quais outros discursos do campo podem ser citados ou recusados pelo discurso primeiro e/ou segundo, ou seja, a delimitação em espaço não exclui outras referências discursivas, mas ao contrário, as evidencia. Isso quer dizer que, quando se pensa “no nível das possibilidades semânticas”, admite-se um espaço de troca, não de identidade fechada. Nas palavras do autor:

Na medida em que, cronologicamente, é o discurso precisamente chamando “segundo” que se constitui através do discurso primeiro, parece lógico pensar, então, que esse discurso primeiro é o Outro do discurso segundo, [mas] o discurso primeiro não permite a constituição de discursos segundos sem ser por eles ameaçado em seus próprios fundamentos (Maingueneau, 2005, p. 41).

Lara (2008, p. 113-114), referindo-se aos estudos desenvolvidos por Maingueneau, ressalta que não cabe “estudar as diferentes formações discursivas que atravessam um dado discurso de forma independente e isolada, mas, sim, apreendê-las nas relações que estabelecem umas com as outras”, ou seja, “a identidade discursiva se constrói na interação com o Outro”. No espaço que delimitamos para este estudo, lançamos a hipótese de que o discurso primeiro é o da deficiência, “cientificamente” e historicamente determinado, reservando ao discurso segundo, o da diferença, o lugar da reação e da resistência contra o discurso primeiro. Observaremos, portanto, em que medida tais discursos são reorganizados, refutados ou endossados nos dados coletados.

Ao apresentar os conceitos de universo, campo e espaço discursivo, Maingueneau (2005) procura mostrar que eles podem substituir, ou pelo menos operacionalizar, a noção de *interdiscurso*, tornando-a menos

vaga. De acordo com Maingueneau (2006, p. 286), em um sentido restritivo, o *interdiscurso* “é também um espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo, ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros”. Nesse sentido restritivo, a constituição de um discurso se dá a partir de diálogos estabelecidos no interior de um campo particular ou entre campos afins. Isso quer dizer que as relações interdiscursivas não são estabelecidas de qualquer maneira, mas se dão ou no interior de campos discursivos específicos ou através das relações estabelecidas entre eles.

Na presente pesquisa o interdiscurso, como fenômeno da heterogeneidade enunciativa, poderá ser revelador de uma rede discursiva já existente antes de os sujeitos informantes se manifestarem, mas certamente exposta à contínua reformulação da história, dos sistemas ideológicos e do poder. Isso nos remete a Foucault (2006), autor que muito influenciou a AD. Para ele, o poder se dá através da palavra, do discurso. Palavra às vezes controlada e delimitada, como pode ser considerada a voz do povo surdo. Para esse autor, o discurso pode ser objeto de desejo. O discurso não seria, assim, “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, *o poder do qual nos queremos apoderar*” (Foucault, 2006, p. 10) [grifos nossos].

Aos surdos, então, talvez reste o desejo de sustentar os discursos, saberes e poderes em relação ao seu próprio grupo. Surdos manifestando-se cientificamente sobre “questões surdas”, uma prática nova no Brasil que nos permite refletir sobre as tramas da autoria e da política na ciência, ilustra com propriedade esse desejo¹³. Certamente, a entrada de surdos na chamada “comunidade científica”, através de programas de mestrado e doutorado, possibilitou a alguns membros do grupo sustentar discursos ditos científicos sobre si mesmos. Mas é preciso lembrar que essa operação não se dá de maneira simples, pois, em termos discursivos, nem tudo parece ser previamente legitimado ou permitido. A produção do discurso não é totalmente livre, mas, em alguma medida, controlada, como nos diz Foucault (2006, p. 9):

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar

sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2006, p. 9).

O controle na produção do discurso pode ser ilustrado por aquilo que Foucault (2006) chamou de “procedimentos de exclusão”. O mais evidente e familiar seria a *interdição*, seguido da *separação* e da *rejeição*. O primeiro procedimento nos lembra que nem tudo pode ser dito por qualquer um. É o caso de se pensar o que a sociedade reconhece como legítimo de ser sustentado por um surdo. Um surdo pode sustentar os saberes sobre o seu grupo? Pode tornar-se um pensador? Criticar a sociedade?

Em relação à separação e à rejeição, Foucault pensa mais precisamente na oposição razão *versus* loucura e na palavra nula dos loucos, rejeitada tão logo seja proferida. Ora, o mesmo se verifica em relação aos surdos, logo tachados de mudos¹⁴, aqueles que não podem falar ou que nada têm a dizer, ou, se considerados falantes, são falantes menores. Os loucos de Foucault começam a ser ouvidos, pelo menos pela medicina, a partir do século XVIII. E os surdos, quando é que começam a ser ouvidos?

3. Algumas análises

Pensando em um dos feixes constitutivos da polêmica discursiva, o *posicionamento*¹⁵, realizamos uma primeira leitura — mais abrangente — do *corpus* e observamos que a grande maioria de seus textos parece filiar-se ao discurso de fundamentação surda (doravante DFS), assumindo os poucos textos restantes uma conduta discursiva condizente com o discurso de fundamentação ouvintista (doravante DFO). Essa primeira constatação não invalida a hipótese do espaço discursivo (polêmico) que configuramos anteriormente, visto que a presença do outro no discurso pode não estar evidente, devendo ser explicitada por mecanismos analíticos específicos ao domínio da AD. É o que acontece com o fragmento 01 (a seguir), que pode ser tomado como uma manifestação discursiva do DFO.

As análises a seguir focalizarão, inicialmente, o comportamento das palavras nos discursos, a forma pela qual os signos podem se revestir de ideologia e compor um discurso de maneira singular. Do ponto de vista do Círculo de Bakhtin, as palavras nunca são ideologicamente neutras e nunca apresentam uma significação estável ou unitária. Para Bakhtin (2006, p. 36), a palavra é o fenômeno ideológico por natureza. Cereja (2007, p. 204), refletindo sobre os estudos desses teóricos, afirma que “palavra é também história, é ideologia, é luta social, já que ela é a síntese das práticas

¹³ Referimo-nos a surdos pesquisadores que se debruçam sobre a temática da surdez.

¹⁴ Cabe ressaltar que surdos não são mudos. Primeiramente, porque os surdos falam, não a língua oral-auditiva, mas a sua, visual-espacial. Segundo, porque não existe na surdez qualquer característica fisiológica que impeça a expressão oral.

¹⁵ “Posicionamento” pode ser entendido como a instauração e a manutenção de certa identidade enunciativa.

¹⁶ Como analisaremos os discursos principalmente a partir de seus trechos, julgamos oportuno indicar, através de uma enumeração que seguirá as letras do alfabeto, as partes que compõem um texto na íntegra. Por exemplo, todos os trechos do texto A contarão com essa

discursivas historicamente construídas”. Observemos o trecho a seguir¹⁶:

01. Ser surdo é ter um mundo só meu, é conviver com a “solidão” permanentemente, é ter como companheiro o silêncio que muitas vezes é opressor, deprimente, sufoca, que revolta, outras vezes é calmo, acalenta, faz com que eu pondere sobre minhas atitudes (Texto A).

No trecho acima, a palavra “silêncio” parece ser o eixo do que se enuncia. A partir dela, derivam-se outros atributos de vida, como a *solidão permanente* e o *mundo só meu*. A *solidão* a que o sujeito se refere não parece ser nem física nem afetiva, mas, sim, sensitiva, uma *solidão* de sons, ocasionada pela companhia do silêncio, que acaba por manter o sujeito em um mundo só seu. O lexema *solidão*, aqui, não foi usado apenas em razão de suas virtualidades de sentido na língua, mas em razão de seus *efeitos de sentido no campo*, ou, mais especificamente, na formação discursiva referente ao DFO. As aspas podem nos indicar a intenção de se produzir um sentido específico, que destoa, em certa medida, do seu emprego usual.

O mesmo parece ocorrer com a palavra *silêncio*, entendida nessa FD como *disfórica*, ou seja, como um objeto de valor negativo que *é opressor, deprimente, sufoca, que revolta*, embora o sujeito se apresse em esclarecer que *ele outras vezes é calmo, acalenta, faz com que eu pondere sobre minhas atitudes*. Essa ressalva, no entanto, não impede que o sujeito se mantenha isolado, no seu próprio mundo, o que confirma, de certa forma, a conotação negativa do enunciado anterior.

O sentido (basicamente negativo) que tal lexema assume nessa FD não parece generalizar-se no campo, contudo. Como afirma Maingueneau (2005, p. 83), “o mais frequente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais por diferentes discursos”, isto é, discursos opostos até podem fazer uso das mesmas unidades lexicais, cada um explorando, no entanto, uma faceta de suas possibilidades semânticas.

A semântica global (e seu sistema de restrições) permite determinar os ângulos de exploração semântica de cada lexema, de acordo com a FD em que o discurso se insere. No trecho a seguir (02), por exemplo, observamos o lexema “silêncio” produzindo um efeito de sentido diferente, ao estabelecer uma relação de oposição com o texto 01.

02. Ser surdo significa pertencer ao mundo do silêncio, mas com cultura e identidades próprias, tendo também a Libras como língua materna que possa se expressar em tudo: nas comunicações do dia a dia, piadas, política, moda, etc. (Texto B).

Nesse discurso, o locutor afirma pertencer ao “mundo do silêncio”, demonstrando, ao mesmo tempo, as virtudes desse mundo, como cultura e identidade próprias, além de uma língua materna que lhe permite expressar-se. Isso desconstrói no leitor um saber (inter e pré) discursivo que poderia levá-lo a entender tal mundo (do silêncio) como um objeto de valor negativo. Sendo assim, o silêncio, nesse fragmento, não é solitário, como no fragmento anterior (01), mas povoado pelo tema da cultura, da identidade e da língua própria, opondo-se, portanto, ao silêncio do texto 01, que mantém o sujeito em um mundo só seu. É interessante notar, ainda, que o sujeito apressa-se em esclarecer que, com a Libras, ele pode tanto contar piadas quanto discutir política, sugerindo que a versatilidade das línguas também incide sobre a Libras e demonstrando, assim, o desejo de desconstruir no destinatário uma suposta imagem prévia que qualificaria as LS como restritas.

Pensando ainda no uso das palavras, o texto abaixo, continuação do trecho 01, pode nos indicar uma oposição de termos que resulta de uma forma específica de compreender o lexema “normal” no DFO:

03. A surdez é uma deficiência invisível, que ao mundo não é notada, como a deficiência física ou visual, talvez por isso seja dada menos importância pelas pessoas, exemplo disso é o direito ao passe livre nos ônibus as pessoas ficam olhando para o deficiente auditivo, tentando saber o porque deste direito se aos olhos dos outros você é uma pessoa “normal” (Texto A).

Percebemos, no trecho acima, que o sujeito constrói uma clara oposição entre os termos “deficiente” e “normal”, sendo possível atribuir ao último lexema a mesma rotina interpretativa realizada para o termo “silêncio”, isto é, aqui também parece existir uma oposição entre “sentido da língua”/“sentido da FD”, uma vez que parecem existir distinções quanto ao uso do termo *normal* nessas duas instâncias.

Quanto ao termo *normal* e seus efeitos de sentido em cada FD, observemos as ocorrências a seguir, como manifestações discursivas do DFS (todos os grifos são nossos):

04. A vida pessoal minha é verdade viver difícil mas é normal como outros (Texto C).

letra para identificá-los e assim por diante. Esclarecemos também que reproduzimos os textos dos sujeitos tal como foram produzidos originalmente.

05. É muito importante para o surdo, os surdos são igualdade ouvintes. É isso importante da vida tem respeito para os surdos. A surda tem a voz e tem fala é *normal igual* ouvinte, não tem diferente ouvinte e surdo (Texto D).

06. Ser surdo é que não ouve, mas falar sim. Na vida surda é *normal como* outra pessoa ouvinte, capaz fazer qualquer coisa (Texto E).

07. Eu sou surda é *normal como* ouvinte mas nossa diferença mas só tem um problema ouvindo, surdo e ouvinte são iguais (Texto F).

08. Pra mim surdo é como comum como nós humano, acho entre ouvinte e surdo são quase iguais. Como menos ouvir. Somos humano (Texto U).

09. Sou surda normal não tem diferença como ouvinte somos iguais, porque só que não podia ouvir mas tenho os olhos (visual). [...] Essas as pessoas não entende porque ser surdo e acha que ele (surdo) são problema e defeito como as pessoas “deficiente”, esse eu não concordo precisamos respeitar que o surdo somos iguais só é diferença da audição, não o corpo defeito e capaz estuda e trabalhar *normal como* ouvinte (Texto G).

A figura “normal”, nos fragmentos acima, parece estar sendo utilizada em sua faceta de comparação, visando a evidenciar o caráter “comum”, de mesmo “peso e medida”, de “igualdade” dos sujeitos. Os locutores buscam reafirmar essa valoração igualitária. Observemos que a conjunção comparativa como ou o adjetivo **igual** sempre acompanham tal lexema, no intuito de reforçar esse efeito de sentido de equivalência (vide grifos).

No excerto 03, em contrapartida, congruente com o DFO, o termo “normal” apresenta um efeito de sentido contrário. As aspas sugerem que ele está sendo utilizado no sentido de reafirmar a diferença, não a igualdade. Diferença — observamos — com valoração negativa, como insuficiência, como negação do preceito de igualdade. O sujeito que se expressa em 03 quer ser visto como deficiente, não como “igual”, pois a igualdade a que ele se refere está no domínio da alteridade, está entre aspas, é inatingível, pertence aos outros — como ilustra o fragmento *se aos olhos dos outros você é uma pessoa “normal”* [apesar de não ser]. O enunciado que colocamos entre colchetes é meramente ilustrativo

e visa apenas a demonstrar que essa poderia ser uma continuação desse fragmento, uma vez que esse é o efeito de sentido que construímos quando o locutor diz, com algum pesar, que as pessoas nem sempre o veem como “deficiente auditivo”, mas como uma pessoa “normal”. Partindo daí, ele constrói sobre si uma imagem de “deficiente”, diferente dos “normais”, que quer ser reconhecido como tal, recebendo da sociedade a devida “importância” pela sua “deficiência”. Desse modo, ele projeta sobre si um *ethos* de “sofredor” e de “coitado”, de alguém que aceita as nossas condolências, confirmando o *ethos* prévio da deficiência que sujeitos surdos poderiam supostamente evocar. A imagem de surdez construída nesse discurso é a da desolação, que necessita da compaixão alheia.

Examinando, mais de perto, a ocorrência do lexema “normal” nos trechos de 04 a 09, acreditamos que os sujeitos produtores possivelmente anteciparam a representação que ouvintes, em geral, fazem dos surdos, representação essa que costuma ser estereotipada e que se baseia no DFO, uma vez que esse discurso é o mais difundido socialmente.

As temáticas da “normalidade” e da “deficiência” parecem, pois, surgir nos textos a partir do desejo de os sujeitos se afirmarem como “normais”, negando-se, ao mesmo tempo, como “deficientes”.

Pensando nas contribuições de Pêcheux¹⁷ em relação à estrutura das formações sociais e no jogo de imagens intercambiadas entre surdos e não-surdos, damos conta de que a imagem de A para o sujeito colocado em A é diferente da imagem de A para o sujeito colocado em B, ou seja, não-surdos não veem os surdos da mesma forma que os próprios surdos se veem. Cientes disso, os sujeitos precisarão desconstruir a representação que supostamente o outro faz dele. Se estamos falando de imagens prévias, parece-nos que os fragmentos acima visam a combater justamente o *ethos* prévio (coletivo) da deficiência que poderia ser imputado aos surdos pela sociedade em geral.

Comparando o excerto 03 com os excertos de 04 a 09, podemos concluir que, no primeiro, a normalidade é vista como inatingível, enquanto nos últimos ela é considerada como dada a priori. No entanto, a temática da igualdade não parece ser, a princípio, um tema importante no DFS, podem pensar, com razão, alguns. A era do “pós” (pós-modernismo, pós-colonialismo...) nos brinda com esforços renovados em direção à compreensão das múltiplas formas do outro. Estamos em um momento político-acadêmico em que o conceito de diferença tem sido ressignificado, sobretudo nos estudos culturais. Por que, então, esses sujeitos, a partir da FD linguístico-antropológica, destacam a igualdade? Eles realmente ostentam um discurso de fundamentação surda? Como podemos explicar a insistência do preceito da igualdade nos fragmen-

¹⁷ Pêcheux, *op. cit.*, 1998, p. 61-151.

tos acima? Professa-se a igualdade perante quem? Faz-se necessário compreender melhor essa conduta discursiva.

O poético prefácio escrito por Perlin (2007, p. 10), em *Estudos Surdos II*, ajuda-nos a entender que normalidade é essa, reivindicada pelos sujeitos, ao mesmo tempo em que a diferença também o é:

Continuamos a ser diferentes em nossas formas. Continuamos a nos identificar como surdos. **Continuamos a dizer que somos normais com nossa língua de sinais, com o nosso jeito de ser surdos.** [...] então um grupo cultural à parte. Um grupo que realmente investe na decisão de ser diferente. *De transformar o anormal em normal no cotidiano da vida* [grifos nossos].

O que Perlin declara na citação anterior, portanto, é que a diferença surda não deve ser vista como anormalidade. Ela nos fala sobre a normalidade da diferença e sobre a diferença na normalidade. Para um surdo, “normal” pode significar *poder ser surdo*, utilizar a LS, conviver com quem a utiliza, fazer uso de intérpretes e de legendas na TV etc. A autora sugere que olhemos o surdo a partir do próprio surdo, a partir do que nos diz a sua “norma surda”, de forma a “transformar o anormal em normal no cotidiano da vida”. Chiella e Lopes (2005, p. 3) concordam com essa posição e defendem que seria a partir do entendimento de uma “norma surda” que se poderia produzir algum padrão a partir da qual seria possível “avaliar” e determinar aqueles que se enquadram dentro (ou fora) do que o grupo entende como normal, problemático, anormal etc. Assim, os fragmentos acima parecem querer determinar que a “normalidade surda” é equivalente à “normalidade ouvinte”.

E, se nos trechos acima, os sujeitos se antecipam como normais, é justo perguntar se alguém os acusou do contrário. A partir desse questionamento, chegamos a uma segunda hipótese interpretativa. Complementando a hipótese do “jogo de imagens”, defendemos agora que os fragmentos em análise, de 04 a 09, constituam um contradiscurso, um tipo de contra-argumentação antecipada. Se nos lembrarmos que o espaço discursivo deve ser considerado como uma *rede de interação semântica* e que o DFO se baseia, sobretudo, em preceitos médicos sobre a surdez que tomam o não ouvir como uma disfunção, veremos que os fragmentos acima contra-argumentam o discurso de fundamentação ouvintista¹⁸, uma vez que, como afirma Maingueneau (2005, p. 41), “na medida em

que, cronologicamente, é o discurso precisamente chamando ‘segundo’ que se constitui através do discurso ‘primeiro’”, parece lógico supor, então, que esse discurso primeiro (DFO) é o outro do discurso segundo (DFS).

Mas ainda assim seria justo pensar: ao se afirmar a igualdade, não se estaria negando a diferença? Mas a diferença que é negada pelos locutores é a diferença como anormalidade, haja vista o texto que citamos de Perlin. “A normalidade surda e a normalidade ouvinte são equivalentes, não há diferenças que nos coloquem na linha da insuficiência.” É isso que os fragmentos de 04 a 09 buscam dizer. E se confrontarmos essa posição enunciativa com os desdobramentos históricos sobre a surdez, entenderemos a importância de se mostrar normal, no sentido humano da equivalência. Refutam-se, portanto, a partir da tradução feita pelo DFS, os traços que o DFO atribui aos surdos, nesse caso, o traço da anormalidade.

Em 04, por exemplo, refuta-se que **dificuldades de vida** possam decorrer da surdez quando se afirma que *a vida pessoal minha é verdade viver difícil mas é normal como outros*. Em 05, nega-se a **falta** ao se afirmar que *a surda tem a voz e tem fala é normal igual ouvinte*. Em 06, a refutação incide sobre uma suposta **incapacidade** gerada pela surdez, quando se diz que o surdo é **capaz fazer qualquer coisa**. Em 07, refuta-se que **as diferenças vão além do não ouvir**, pois *nossa diferença [...] só tem um problema ouvindo*. Em 09, refuta-se a **diferença como falta** quando o sujeito diz que, apesar de não ouvir, tem os *olhos (visual)* e, dessa forma, o **defeito do corpo** e a **incapacidade** para o estudo ou trabalho são negados, determinando-se que *precisamos respeitar que surdos somos iguais [...] não o corpo defeito e capaz estuda e trabalhar*.

Foi a partir da “tradução” do DFO que tais enunciados foram construídos. Os sujeitos negam, assim, as postulações do seu outro no espaço discursivo. Antecipam-se como “iguais” para negar o caráter “anormal” que, pelo menos hipoteticamente, costuma ser evocado por esse outro. O outro, aqui, claro, é o discurso de fundamentação ouvintista, que situa o ser surdo em lugares desprivilegiados.

Na relação que se estabelece entre discurso tradutor e discurso traduzido, Maingueneau (2005) propõe que se distinga o *discurso-agente* do *discurso-paciente*, reservando ao primeiro termo a posição de tradutor e, ao segundo, a de traduzido. Vale lembrar que é a partir do discurso chamado primeiro (na presente pesquisa, o DFO) que se exerce a atividade tradutória, uma vez

¹⁸ Seguem alguns exemplos de manifestações discursivas (médicas) do DFO. Todos os grifos são nossos: I - “Protetizar os deficientes auditivos [...] para que os portadores dessa patologia sejam efetivamente beneficiados com a última tábua de salvação que a equipe tem a oferecer” (Ítalo Carvalho, Protetização auditiva, *Jornal do Conselho Federal de Medicina*. [on-line] dez/2002-jan/2003. Disponível em: { www.portalmedico.org.br/jornal/jornais2002/dezembro/pag_13.htm }. Acesso em: 4 set. 2008). II - “[...] o sentido da audição, sem o qual não é possível qualquer contato verdadeiramente humano. Simpático ou antipático, [o surdo] é uma pessoa que sofre por tão humilhante patologia” (*Idem*, 2002.)

que foi a partir dele que o discurso segundo (DFS) se constituiu.

É preciso não perder de vista, no entanto, que as afirmações que o DFS (discurso-agente) combate não são as afirmações empíricas produzidas pelo DFO (discurso-paciente). Combate-se uma tradução, um simulacro (entendido como uma representação) do discurso contrário, pois “para construir e preservar a sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele” (Maingueneau, 2005, p. 103).

Produzir enunciados competentes na sua FD e “não compreender” os enunciados do seu outro são, portanto, facetas do mesmo fenômeno, ou seja, para se produzirem enunciados condizentes com as regras da sua FD, é preciso entender o outro a partir da sua própria competência discursiva. Segundo Lara (2008), a tradução e a construção de simulacros são mecanismos necessários, ligados à própria constituição das FDs. Não se trata, assim, de um arranjo isolado, mas de um dispositivo que faz parte da gênese dos discursos. Sobre esse processo de tradução do outro, esclarece a autora, inspirada em Maingueneau:

O que ocorre, então, é que cada discurso interpreta os enunciados de seu Outro — ou do simulacro que dele constrói — através da sua própria “grelha semântica”. Tenderá, pois, a “traduzir” esses enunciados nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema, mostrando-se, dessa forma, a “tradução” como um mecanismo necessário e regular, ligado à própria constituição das FDs (Lara, 2008, p. 115).

Em curso ministrado no XVIII Instituto de Linguística da ABRALIN, realizado pela Faculdade de Letras/UFMG, em março de 2007, o professor Sírio Possetti assim apresentou o processo de tradução do outro e da construção de simulacros entre discursos que dividem o mesmo espaço discursivo: se, hipoteticamente, o discurso S1 fala A e o discurso S2 fala B, por exemplo, S1 tenderá a ler B como um não-A explícito, isto é, como a negação de seu próprio princípio, donde se pode concluir que cada FD concebe o outro a partir de si mesmo, postulando que “se o outro não está por mim, está contra mim” e deverá, pois, ser combatido. Ilustrando com a nossa própria pesquisa, podemos supor que quando o DFO classifica o surdo como “portador de deficiência”, por exemplo, adeptos do DFS traduzirão essa informação como uma acusação de “anormalidade”, de “aberração”, um quesito de “não-humanidade” que precisa ser combatido.

4. Discussão dos resultados

As análises acima são apenas um pequeno recorte das análises que desenvolvemos na pesquisa. Pensando

nos 21 questionários analisados e compreendendo-os a partir da perspectiva de uma semântica global, foi possível concluir que 81% dos textos partiram de uma FD linguístico-antropológica ou de *fundamentação surda*, enquanto apenas 19% parecem ter advindo de uma FD clínica ou de *fundamentação ouvintista*, num claro indicio de enfraquecimento dessa última FD no campo em análise.

Como vimos, a presença do outro, no corpus da pesquisa, pôde ser percebida, sobretudo, a partir do princípio postulado por autores como Maingueneau (1998) e Courtine (1981) de que o interdiscurso — ou o espaço de troca entre vários discursos ou entre várias FDs — tem precedência sobre cada discurso ou FD tomado(a) isoladamente.

Se formos apontar um macro-tema determinante em cada discurso, chegamos, facilmente, aos temas da “normalidade na diferença”, no DFS, e da “rejeição”, no DFO. Em tais temáticas, os semas /conformidade/, /identidade/, /coletividade/ e /felicidade/ parecem melhor caracterizar o primeiro discurso, enquanto o segundo pode ser caracterizado pelos semas /inconformidade/, /solidão/ e /sofrimento/.

Assim, ser surdo no DFS é balizar-se por uma “norma surda”, recusando representações ouvintistas e fomentando o desejo de respeito e de ascensão ao poder, no âmbito social, através do tema da luta. Ser surdo, no DFO, é sentir-se solitário e censurado diante da temática da surdez, indicando que sofrimentos são causados por ela.

Como podemos perceber, as questões evocadas por um e por outro discurso parecem opor-se, sendo determinadas, em certa medida, pela construção de um locutor típico em cada um deles. Desse modo, é possível refletir sobre o estatuto que o locutor confere a si mesmo (e ao seu interlocutor) para legitimar o seu dizer, em cada discurso. No DFS, podemos perceber um locutor muitas vezes militante ou ardoroso, que mantém uma relação privilegiada com o saber moderno sobre o *ser surdo*. Tal locutor se coloca como integrado a uma coletividade e veicula certa dimensão institucional ao seu dizer. O *ethos* apreendido é o de *sujeitos bem resolvidos*.

Ao locutor do DFO, ao contrário, não é possível atribuir nenhum tipo de inscrição social, uma vez que ele se apresenta quase sempre como um ser solitário e sofrido que expõe a sua angústia, seja através do desejo de se ver objeto de compaixão, seja através dos interditos que silenciam temáticas em seu discurso. Nessa segunda FD, espera-se do co-enunciador um papel de confidente que apenas ouve e compreende. Aqui, o *ethos* apreendido é o da *amargura*.

A Tabela 1, a seguir, ilustra a oposição de imagens que pode ser construída a partir do confronto dos dois discursos:

Discurso de fundamentação surda	Discurso de fundamentação ouvintista
normalidade surda	deficiência ouvinte
noção de comunidade	solidão e exclusão
independência e liberdade	subordinação à tentativa de adequação
afirmação de felicidade	afirmação de sofrimento
éthos de sujeitos bem resolvidos	éthos de sujeitos amargurados

Tabela 1
Oposição de imagens

Considerações finais

Quando estabelecemos, em nossa pesquisa, um espaço discursivo constituído por duas FDs distintas, não era nosso objetivo simplesmente verificar e comparar a ocorrência de distintos posicionamentos no campo discursivo da surdez, mas, ao contrário, queríamos justamente compreender de que forma esses discursos e esses saberes se relacionam, como se delimitam, se evocam e se refutam naquele espaço discursivo e, sobretudo, que imagens poderiam ser projetadas a partir daí.

Assim, pudemos averiguar que entre as FDs em questão parece haver uma fronteira porosa que possibilita trocas, pois é sobretudo a partir da negação do DFO que o DFS se constitui. Como principais aspectos ideológicos defendidos no DFS, vimos a ocorrência de uma ideologia surda, que se fundamenta tanto em princípios libertários do direito de escolha quanto em questões filosóficas que questionam o conceito de norma. Com isso, combatem-se o discurso e a ideologia hegemônicos na sociedade, que tendem a dividir a humanidade hierarquicamente entre “normais” e “a-normais”. No DFO, em contrapartida, a concepção de surdez como doença parece retomar a ideologia e o discurso dominantes na sociedade, como observamos, fazendo, portanto, dialogarem a ideologia do senso comum e o sistema ideológico constituído (o da instituição médica), cada uma dessas formas de ideologia alimentando e reforçando a outra.

Para finalizar, deixamos em destaque um engajamento político apreensível no DFS (que visa a equilibrar as relações de poder entre surdos e não-surdos) e que pode ser representado por um *desejo de poder* que não objetiva oprimir, mas deixar de ser oprimido; que não almeja dominar, mas deixar de ser dominado e que deseja fazer ecoar no espaço uma sinalização forte e melodiosa, como a do depoimento a seguir: *é surda que eu me sinto muito feliz e contente.* ●

Referências

Araldi, Inês Staub

2005. A carapuça da discórdia: uma análise dos

discursos que emanam de um gesto presidencial. *Linguagem em (Dis)curso*, volume 5, número 2, p. 323-335. Tubarão.

Bakhtin, Mikhail

2006. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Cereja, William

2007. Significação e tema. In: Brait, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto.

Chiella, Vânia Elizabeth; Lopes, Maura Corcini

2005. Para repensar o currículo: histórias escolares que os surdos contam. *Congresso Latinoamericano de Educación Bilingüe para sordos*. La Habana, Cuba.

Foucault, Michel

2006. *Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

Lara, Glaucia Muniz Proença

2008. Aplicando alguns conceitos de gênese dos discursos. In: Possenti, Sírio; Baronas, Roberto Leiser (Org.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a análise do discurso do Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores.

Maingueneau, Dominique

2005. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Criar Edições.

Maingueneau, Dominique.

2006 Interdiscurso. In: Charaudeau, Patrick; Maingueneau, Dominique *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.

Perlin, Gladis Terezinha Tascheto

2003. *O ser e o estar sendo surdo: alteridade, diferença e identidade*. 2003. 155 f. [Tese - Doutorado em Educação]. PhD thesis, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Perlin, Gladis Terezinha Tascheto

2007. Prefácio. In: Quadros, Ronice Müller de; Perlin, Gladis Terezinha Tascheto (Org.). *Estudos Surdos II*. [on-line]. Petrópolis: Arara Azul,

p. 9-13. Disponível em: (www.editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf) Acesso em: jun. 2008.

Rezende, Franklin Ferreira Junior; Pinto, Patrícia Luiza Ferreira

2007. Os surdos nos rastros de sua intelectualidade específica. In: Quadros, Ronice Müller de; Perlin, Gladis Terezinha Tascheto (Org.). *Estudos Surdos II*. [on-line]. Petrópolis: Arara Azul, p. 190-211. Disponível em: (www.editora-arara-azul.com.br/estudos2.pdf) Acesso em: jun. 2008.

Skliar, Carlos

1998. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: Skliar, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.

Strobel, Karin Lilian

2008. *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*. 2008. 176 f. [Tese - doutorado em Educação]. PhD thesis, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

Dados para indexação em língua estrangeira

Ribeiro, Maria Clara Maciel de Araújo; Lara, Gláucia Muniz Proença

Myself and the Other in the Discourse of Deafness

Estudos Semióticos, vol. 6, n. 2 (2010), p. 55-65

ISSN 1980-4016

Abstract: *The discourse on deafness has been changing over time influenced by academic and social movements. In this study, we will focus on the discourses on deafness produced by deaf people. We start from the triad universe, space and discursive field (Maingueneau, 2005). In the discursive field of deafness we found two discursive formations (DF) which oppose each other. One from a clinical and therapeutic background – from which an Hearing-Based Discourse originates – and another of anthropological-linguistic origin, which enables the emergence of a Deaf Based Discourse. While the first DF sees deafness from the stigma of disability, the second conceives deafness from the value of difference. In the field in question we notice that positions and enunciative identities are defined from the denial of the other. From the analysis of texts written about deafness by deaf graduate students we have found the prevalence of the Deaf Based Discourse (81 %). We have noticed that it was from the denial of the simulacrum of the Hearing-Based Discourse that the Deaf Based Discourse was established. We have also noticed that the interaction between the DFs, in the discursive space in question, allows for the clarification and the definition of each other.*

Keywords: *deafness, discursive field, discursive space, identity, other*

Como citar este artigo

Ribeiro, Maria Clara Maciel de Araújo; Lara, Gláucia Muniz Proença. O eu e o outro no campo discursivo da surdez. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>). Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 6, Número 2, São Paulo, novembro de 2010, p. 55-65. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 15/12/2009

Data de sua aprovação: 25/04/2010
